

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 10: Democracia, Partidos e Cidadania

**PT Constituinte - Uma análise da atuação petista pelas teses progressistas na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88**

PEDRO HENRIQUE GOMES DE QUEIROZ (PUC-SP)\*

**Resumo**

Esta pesquisa analisou o PT na Assembleia Constituinte de 1987-88. Partiu da problemática sobre como um partido de 16 deputados pode impactar o processo, fazendo-se necessária já que a literatura especializada sobre o partido (LOPES, 2016; SECCO, 2015; SINGER, 2016) relega esta experiência para segundo plano. Compreendemo-lo um período significativo em que ele ganha experiência de luta parlamentar e finaliza-o mais pragmático e integrado às “regras do jogo democrático burguês” (CSBH-FPA, 2011). Através do levantamento de documentos institucionais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999), bem como a análise de entrevistas (CORRÊA, 1985; CARVALHO, 2017) de membros do *establishment* político-econômico e produções de grupos de interesses (COSTA, 2016; COSTA & TROIANO, 2016; DIAP, 1988, RIBAS, 2011). Fazendo o uso de conceituação encontradas em Kinzo (1993); Koselleck (2006) e Pilatti (2016), pudemos determinar que: pressão parlamentar, negociação, apoio de grupos organizados, articulação com os demais campos político-ideológicos e capacidade de ação coletiva, foram centrais na capacidade petista de influenciar a Constituinte.

Palavras-chaves: Assembleia Nacional Constituinte, democracia, esquerda, mobilização, Partido dos Trabalhadores (PT), progressismo.

\* Resultado de pesquisa de iniciação científica desenvolvida na PUC-SP, PIBIC - sem fomento. E-mail: pedroh.gomesqueiroz@gmail.com.

## Introdução

O processo de transição democrática brasileiro (1974-1985) foi um dos mais particulares da América Latina, dentre outros fatos, pela forma como se amalgamaram as forças do *establishment* político-ideológico nacional de forma a garantir que, seja na saída civil, seja na saída militar, seu controle sobre a institucionalidade política fosse mantido. Já se tornou corrente na historiografia brasileira a figura da “transição transada” (FERNANDES, 2014), segundo a qual as forças da *intelligentsia* por detrás da ditadura civil-militar sentiram a aproximação do debacle de seu domínio e resolveram garantir que, na abertura civil – vista sob a ótica de uma “liberalização” paulatina (MACIEL, 2008) – as forças militares manteriam suas prerrogativas e não sofreriam contrapartidas. Em suma, uma transição sob o espectro da *manu militari*.

Napolitano (2006), contudo, apresenta uma visão que eleva a função dos movimentos civis na derrubada do regime, a partir do momento - em meados dos anos 1970 – em que a população passa a reivindicar uma “nova cultura política”, permeada pela defesa das “liberdades democráticas” e os pedidos por uma “Assembleia Constituinte”. Compreendemos que estes conceitos estejam intimamente conectados ao que Koselleck (2006) compreende como um novo “horizonte de expectativa”, segundo o qual uma sociedade produz, coletivamente, novas concepções de futuro contrastantes das existentes (ou, no caso, impostas).

O Partido dos Trabalhadores surgiu no bojo destas grandes mobilizações sociais, em meio ao governo do Gal. Ernesto Geisel e à retórica da “distensão”. A população civil organizada estava em pleno compasso de não-conformismo, reivindicando um novo horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) do governo ditatorial militar. Ele foi fruto, especificamente, da confluência entre o Novo Sindicalismo que brotou das grandes greves de 1978 no ABC paulista<sup>1</sup>, dos movimentos sociais reivindicatórios representados nas Congregações Eclesiais de Base (CEBs), símbolos da Teologia da Libertação da ala progressista da Igreja

---

<sup>1</sup> O grupo que o concebe buscava se diferenciar do “sindicalismo pelego”, marcado pela legislação trabalhista varguista do pré-1964 e o atrelamento dos sindicatos à estrutura estatal. Este novo grupo de oposição ligava esse “peleguismo” aos grupos que formaram a CGT, o PTB e setores do PDT e dos PCs brasileiros, compreendido na Nova República como o “sindicalismo de resultados”.

Católica, e da militância (tanto jovem quanto madura) de esquerda, que já levava uma boa bagagem de lutas dos anos 1960/1970.

O Partido dos Trabalhadores galvanizou uma geração justamente por sua proposta singular e bem articulada de uma alternativa possível tanto ao governo ditatorial, quanto à sua alternativa direta – encapsulada no MDB – e, no que será seu caráter essencial, aos modelos tradicionais de organização política à esquerda – onde podemos encontrar os partidos comunistas, às voltas com a decadência do “socialismo real” e com as perspectivas do Eurocomunismo (LOPES, 2016); os modelos tradicionais de trabalhismo (varguismo e “brizolismo”) e a luta armada de inspirações marxistas. Tentando aliar a *realpolitik* trazida pelo debacle das organizações de esquerda durante a virada dos anos 1960/1970 à concepção de que seria possível construir uma sociedade nova, socialista, mas produzida pelos trabalhadores, e não por intelectuais esclarecidos, o PT conseguiu transbordar a condição de movimento e se organizou enquanto partido na queda do bipartidarismo em 1979.

“O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, pp. 85-86)

“[...] por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 179)

“Por isso, se soubermos articular a conquista de direitos reais com a pressão do movimento de massas, através das greves e manifestações de rua, a nossa intervenção na Constituinte pode ser muito importante e, a médio e longo prazos, pode ampliar a acumulação de forças e de experiências, o que jogará um papel decisivo para o avanço do movimento popular e democrático para a sua capacidade de se converter numa alternativa real de poder à Aliança Democrática.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 278)

Vê-se aqui, claramente, o intuito reiterado do PT ao longo dos anos de ser uma alternativa à esquerda na Nova República que fosse contrária à compreensão da “democracia possível” da eleição de Tancredo Neves e da ascensão da Aliança Democrática. Esse contraste, para o partido, só poderia ser feito a partir de sua tática essencial, a partir da qual o mesmo emergiu: os movimentos populares. A convocatória pela manutenção das mobilizações de rua para contestar a conjuntura visava não apenas pressionar o governo, mas empoderar o partido e amealhar apoio social utilizando-se de uma ferramenta que suas bases dominavam bem e que lhe angariava um grande espaço de exposição na arena pública de debate.

### **Desafios a uma perspectiva socialista na transição democrática**

Já destas características iniciais vemos influências claras na ação política que marcará o PT na Constituinte: o caráter dos setores sociais que montaram o partido quase que perfeitamente se refletiu nos indivíduos que conseguiu levar ao âmbito institucional, montando uma bancada majoritariamente formada por sindicalistas, mas que contava também com militantes de esquerda de longa data, líderes de movimentos sociais urbanos e um democrata cristão. Essa configuração será essencial para que esta bancada consiga não apenas estabelecer os vínculos de representação identitária (EULAU; PREWIT apud KINZO, 1993) com suas bases eleitorais, mas para que seu portfólio os gabarite para servirem de pontos de referência, dentro da institucionalidade, a todos aqueles movimentos sociais que atravessaram os anos 1980 e viam na Constituinte um momento perfeito de ver suas pautas transformadas em lei.

E essa potencialidade “transformista” inata do PT só pode chegar até a ANC graças à própria natureza da transição brasileira. Para além de uma transição conservadora/“transada”/pelo alto (FERNANDES, 2014; LOPES, 2016; MACIEL, 2008; SECCO, 2015), ou um processo sincrético (NAPOLITANO, 2006); o essencial é que a tentativa do *establishment* político-econômico da ditadura em “fazer a revolução antes que o povo a faça”, iniciando o projeto de uma transição “lenta, gradual e segura” acabou por abrir ainda mais a arena política pública para a população civil, conferindo espaço de ação e tempo propício a grupos como o PT imprimirem sua ação militante.

As manifestações pelas Diretas Já! foram o ponto alto do debacle da ditadura, uma vez que elas representaram um momento de virada incontornável na imagem pública do regime, desvelando as contradições do “Brasil real” (FERNANDES, 2014) e mostrando que a população civil organizada tinha um poder de mobilização que esta mesma não concebia. Projetos como o do PT floresceram fortemente neste meio, uma vez que a retórica da “ditadura que foi derrubada pelo povo” parecia se tornar cada vez mais realidade, e o horizonte de expectativa cada vez mais se expandia.

Vimos na análise dos documentos do período que as Diretas Já! marcaram o PT profundamente, e não seria para menos, uma vez que foi a primeira vez que o partido se apresentou à população civil expandida (fora dos movimentos sociais e sindicais já tradicionais, ou mesmo os mais novos), pode expor seu projeto político e sentiu o peso da ação popular direta, a sua importância na construção da democracia. Tal qual na Constituinte, o engajamento do PT na luta pelas eleições diretas transbordou em muito sua capacidade física no período, e não nos espanta que o partido levasse anos para conseguir apreender exatamente o que aquele movimento significou para o Brasil e para o próprio PT.

Havia uma pedra no meio do caminho, contudo, e essa pedra foi o Colégio Eleitoral. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, e a opção pela conciliação tomada por Tancredo Neves e o novo PMDB em 1984, o Brasil sofreu o anticlímax com força ímpar, e o PT muito mais ainda<sup>2</sup>. A agremiação tentou manter acesa a chama das eleições diretas mesmo após a derrota da emenda, com a manutenção da “defesa intransigente das diretas”, porém neste momento o “Brasil real” não mais o acompanhava, já sendo levado pela mídia<sup>3</sup> a depositar suas emoções e esperanças na chapa Tancredo Neves-José Sarney – a corporificação do espírito conciliador, com a aliança entre o grande partido de oposição à ditadura e a dissidência do partido da ditadura reformado, o PDS, encapsulada na Frente Liberal. A nova “Aliança Democrática” deveria ser, para o *establishment* político-econômico, o grande modelo para a conclusão da transição (uma vez que a opção do PDS,

---

<sup>2</sup> Vide resolução *Contra o continuísmo e o pacto social*, aprovada pelo Encontro Nacional Extraordinário do PT de 12-13 de janeiro de 1985 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999: 179-189).

<sup>3</sup> FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Paulo Maluf-Flávio Marcílio, era amplamente vista como um retrocesso no processo de abertura democrática), uma vez que ela vendia duas garantias: segurança na trajetória de uma redemocratização “sem surpresas” e galvanização popular mínima, de forma a promover o contentamento social com o fim da ditadura sem exaltar os ânimos das casernas.

A rota tomada pelo PT, contudo, foi adversa, com a recusa do partido em cancelar a Aliança Democrática na eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, e sua denúncia aberta do caráter “conservador” da transição. Ele agora se colocava não somente em oposição ao regime militar, mas à própria conciliação da transição, denunciando-a como simulacro democratizante, mero continuísmo sob uma roupagem civil. Esse ato consolidou o início da fase de “oposição social” da história do PT, para Secco (2015), no qual o partido ativamente optou pelo ostracismo no meio da política institucional, enquanto seus pares na esquerda (PCB, PCdoB, PDT) compraram facilmente a lógica da “transição possível”.

Esses lances são essenciais para entendermos a lógica por detrás da ação tática do PT, que muitas vezes se faz valer do impacto social de suas ações mais do que de suas consequências imediatas. Afinal, como visto, o partido tinha uma concepção estratégica definida, o “socialismo proletário” (FERNANDES, 2014; PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999), ainda que difuso e ambíguo, e sua ação política tática se pautava na “preparação do terreno” para a consumação futura deste socialismo, calcada na aliança entre a conquista de direitos para os trabalhadores na redemocratização e o combate às forças do *establishment* político-econômico em todos os âmbitos, dando ênfase especial à organização dos movimentos de base (núcleos), mergulhados pelo princípio da democracia participativa (LOPES, 2016; Secco, 2015).

Contudo, é importante lembrar que o caráter partidário do PT e seu contexto de criação específico obrigam-nos a complexificar essa compreensão socialista. Sendo um partido de tendências (como muitos comumente falavam, um partido com vários partidos dentro de si), o PT aglutinou uma série de grupos de esquerda das mais diferentes matrizes em sua fundação, o que obrigou que suas resoluções sempre tivessem um tom de ambiguidade quando definissem as proposições de políticas públicas para o país, de forma a integrar as diferentes tendências “sob o mesmo guarda-chuva”. Especialmente com a ascensão da Articulação dos 113

(atual Construindo um Novo Brasil), grupo de base sindicalista, compreendido como moderado dentro do partido, sob o controle de Lula, esta pode conduzir o partido com a diminuição do conflito interno entre tendências e uma moderação paulatina nos discursos.

A derrota das diretas, contudo, representou a primeira grande bifurcação na trajetória petista, uma vez que seu caminho de preferência foi barrado pela política institucional e pelo desenho conjuntural. Estando em sua primeira atuação na política institucional, com uma bancada diminuta, o PT tomou o caminho da defesa da estratégia em detrimento de uma “aliança tática” com o *establishment*, como o fez o restante da esquerda. Foi uma opção típica do “espírito do Sion”, apontado por Singer (2016), permeado pelos princípios do PT “adventício”, segundo os quais o PT se pautava (e diferenciava) pela radicalidade não só de suas propostas, como também de sua ação política, em nome de uma “nova sociabilidade” (perspectiva do partido “sem padrões”).

Esse ostracismo auto-aplicado foi tático também, no ponto de vista segundo o qual o PT foi capaz de se fazer valer do paradigma “radicalista” para se contrastar à Aliança Democrática e se apresentar à classe trabalhadora como partido “autônomo”, no mesmo espírito do Novo Sindicalismo. O PT, diferentemente dos demais partidos, não teria “rabo preso” com os “donos do poder”, e ele sim teria a superioridade programática, moral e tática para fazer uma defesa contundente dos direitos dos trabalhadores. Foi uma aposta com altos riscos, mas como ditava a “alma do Sion”, este era um período em que o PT estava disposto a correr tais riscos em nome de um projeto de longa duração.

Vai ser esse tipo de atitude que criará um precedente para o PT tomar a ação de votar “não” à Constituinte, como ver-se-á. O partido pode muito bem justificar seu voto em nome do espírito radical que tinha, não em nome do radicalismo ideológico pelo radicalismo ideológico, mas pela perspectiva de uma defesa dos direitos dos trabalhadores que almejasse conquistas reais sem se comprometer com “os padrões”. Essa foi a tônica da ação petista na Constituinte, encapsulada na frase de *PT na Luta da Constituinte*: a bancada “obteve resultados imediatos sem perder a coerência política” (CSBH-FPA, 2011, p. 191).

Ao mesmo tempo, vemos que a ação tática nem sempre encontrava ressonância no público. A tentativa de fazer a “luta intransigente pelas diretas” mesmo após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira mostrou uma dificuldade de adaptação do PT inicial ao clima político conjuntural, e deixou claro que a denúncia da Aliança Democrática como uma “traição” à campanha das Diretas Já! muitas vezes servia mais como meio de energizar retoricamente a própria militância, ao invés de angariar novos membros.

E, na fatalidade da morte do conciliador Tancredo Neves, coube a Sarney, ex-presidente do partido da ditadura reformulado (PDS), empunhar o manto da transição democrática; posição que o pemedebista de última hora tomou como uma encarnação de toda a agenda do *establishment* político-econômico.

[...] eu queria seguir o que o Tancredo tinha prometido. A minha preocupação era fazer tudo o que o Tancredo tinha prometido, não divergir de nenhuma maneira, com a consciência de que o mandato não era meu, era do PMDB e, portanto, do Tancredo.

[...]

Quando assumi, eu sabia perfeitamente que não tinha legitimidade. Eu assumi formalmente o governo, mas o poder ficou com o Dr. Ulysses. O meu primeiro objetivo foi me legitimar no governo – e, depois, tratar da economia.

[...]

Convoquei a Constituinte. Mas eu estava fazendo aquilo deliberadamente, para me legitimar.” (CARVALHO; SARNEY, 2017, p.47/60)

Ciente de sua falta de legitimidade (seja pelo voto popular, seja pelo apoio institucional), Sarney buscou com o Plano Cruzado aliviar as condições da economia cotidiana dos brasileiros, bem a tempo das eleições de 1986, que convocariam os membros da Assembleia Nacional Constituinte, o segundo vetor de seu projeto legitimista. Os projetos para a ANC eram maquinados por todas as facções políticas, e o *establishment* não perdeu tempo em fazer valer o seu como o “natural” (CORRÊA, 1985).



“A Constituição não pode ser feita por qualquer pessoa. Tem que ser feita por pessoas de alta competência, ela não é uma reivindicação de paixões, ela é uma apresentação de soluções. Aqueles que vão elaborar a Constituição devem saber transformar as contribuições saídas do debate nacional em um texto que seja a expressão jurídica delas, não a expressão romântica, ou a expressão eloquente delas. A Constituição não é uma obra de retórica, é uma obra de ciência política. A Assembléia tem de ser representativa do eleitorado. Mas dentro da Assembléia, aquele que forem levados a organizar a redação do documento; têm que ser pessoas altamente qualificadas; tiradas de dentro da Assembléia, é claro. Sempre há em 600, 100 que são altamente qualificados [...]”. (ARINOS; CARVALHO, 1985, p. 18)

“Concisa e clara, assim deve ser a Constituição. A concisão é amiga da universalidade. Uma proposição concisa é geralmente universal. E se é clara, comanda mais a obediência do que uma proposição confusa e imperceptível para a maioria das pessoas. Com concisão e clareza, a Constituição será universal e obedecida.” (BORJA; DIMENSTEIN, 1985, p. 52)

“Como promotores do desenvolvimento, geradores de riquezas e criadores de emprego, os empresários se preocupam com o espaço a ser aberto à sua iniciativa e à sua ação. Querem a liberdade política alicerçada na liberdade econômica. Enfim, democracia plena: política, econômica e social.” (DONATO, 1985, p. 25)

Invocando desde a tradição constitucionalista brasileira que remonta a 1824, ao ímpeto civilizatório que a transição democrática deveria possuir, a *intelligentsia* dos grupos dominantes produziu 3 grandes paradigmas a serem seguidos pelos constituintes: o Congresso Constituinte (ANC funcionaria sob os marcos de um legislativo ordinário, como poder derivado em estágio de reformulação da estrutura estatal, meramente, o que efetivamente acabou vigorando), o paradigma estadunidense (que previa uma constituição breve, de “princípios”, formulada pelos “notáveis” da sociedade, desejo consumado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais presidida por Affonso Arinos, parcialmente<sup>4</sup>), e a defesa do poder

---

<sup>4</sup> Uma vez que o resultado dos trabalhos desta comissão, foi ignorado tanto por Sarney quanto por Ulysses Guimarães, sendo seu conteúdo mais progressista do que o imaginado.

econômico como força inevitável e necessária para se criar um texto que atendesse aos clamores das elites.

Já à esquerda, o grande modelo foi o projeto do jurista Fábio Konder Comparato, *Muda Brasil! Uma constituição para o desenvolvimento democrático*:

“A Constituição para o Brasil atual deve definir a origem e os limites de todos os poderes – não só os políticos (em sentido estrito), como também os econômicos e os sociais; ela há de fixar objetivos de mudança a alcançar no processo histórico e criar condições institucionais para a sua consecução. Tudo isto significa rejeitar, em definitivo, a separação entre a ordem política – artificial e consensual – realizada no Estado, e a ordem econômica e social – correspondente à perene ‘natureza das coisas’ – domínio da sociedade civil, onde reinariam a tradição e a liberdade”.

Perene, a bem dizer, é apenas a dignidade da pessoa humana, transcendente aos regimes políticos e aos sistemas econômicos. Mas as condições concretas de vida em sociedade são um produto da vontade e do engenho humanos e, portanto, nada têm de natural.” (COMPARATO, 1986, p. 12)

Previa-se, aqui, um modelo de Estado de bem-estar fortalecido, pautado pela asseveração das liberdades democráticas e o afastamento do “entulho autoritário” a legislação brasileira. Curiosamente, o PT “socialista” utilizou justamente este projeto para basear seu anteprojeto de constituição, apresentado pela bancada petista à Mesa Diretora da ANC. Como admitido por Florestan Fernandes (2014) e pelo próprio Diretório Nacional (CSBH-FPA, 2011), o anteprojeto não previa uma sociedade socialista, porém uma remodelação global de uma democracia burguesa de tipo moderno, com amplas assegurações democráticas para a participação popular, uma legislação trabalhista bem alinhada ao programa da CUT e uma retração das Forças Armadas ao papel estrito de defesa externa da nação.

O texto petista, obviamente, tinha suas falhas (como no tocante à reforma agrária), porém, como relevou Fernandes, foi essencial para a atuação petista uma vez que, ao contrário do que muito da literatura atual defende, o *establishment* político-ideológico tinha sim um programa e uma retórica para embasa-lo, só lhe

faltava um conglomerado institucional coeso disposto a encampar este programa à risca (um “grande partido de centro”). Esta preparação do PT, único a apresentar um programa completo, conferiu a sua bancada de 16 deputados uma vantagem essencial para a disputa coesa em torno das teses progressistas<sup>5</sup>: um conjunto de propostas bem fundamentado e direto, que pudesse lastrear sua atuação e dar a todos os integrantes da bancada uma compreensão global do assunto, de forma que pudessem atuar não apenas “personalisticamente” ou “especializados” em determinada área, mas pudessem transitar por temas e posições.

### **Dinâmicas de cooptação e resistência**

A composição da ANC, contudo, foi outro grande empecilho, uma vez que era composta majoritariamente por grupos comprometidos com o *establishment*, seja à direita, seja ao “centro”, ainda que estes não estivessem coesos ou tivessem boa ação tática coletiva, o que foi uma grande vantagem da bancada petista. Enquanto os partidários da direita eram frequentemente dependentes das lideranças e do fisiologismo do governo federal/clientelismo dos governos regionais (MACIEL, 2008), a bancada petista soube articular muito bem fidelidade partidária (votando quase sempre em bloco), disciplina interna (sempre se atendo à teses do líder e pré-aprovadas pelo partido, bem como ao anteprojeto que apresentaram) e autonomia de ação individual (onde pode-se ver o caráter específico da atuação de cada constituinte da bancada, se “profissionalizando” em determinados ramos de ação e podendo fazer a defesa das teses do partido de forma independente em vários âmbitos e estilos, o que dependeu fortemente da alta qualidade intelectual e do acúmulo de lutas dos membros).

---

<sup>5</sup> Optamos ao longo deste trabalho por utilizar o termo do subtítulo, “teses progressistas”, por respeitar os intuítos do próprio PT e por crer que a atuação do partido na ANC não foi na defesa de uma sociedade socialista ou quaisquer tipos de propostas de esquerda, mas uma luta em nome de bandeiras históricas dos progressismos de esquerda em sociedades democráticas liberais, tais como a defesa do aumento da participação popular na tomada de decisões pelo Estado, a ampliação das garantias trabalhistas, com o fortalecimento dos sindicatos como estruturas autônomas da luta dos trabalhadores, a extensão dos direitos humanos básicos às minorias identitárias, a intervenção estatal na economia de forma a regular a ação do mercado financeiro e garantir a estabilidade material da população etc.

Quadro I – Bancada constituinte do Partido dos Trabalhadores

Deputados	Estado representado	Idade (em 1987)	Ocupou cargo legislativo anterior? (S/N)	Membro-fundador do PT? (S/N)
Benedita da Silva	RJ	45	S	S
Eduardo Jorge	SP	38	N	S
Florestan Fernandes	SP	67	N	N
Gumercindo Milhomem*	SP	38	N	S
Irma Passoni	SP	44	S	S
João Paulo	MG	55	N	N
José Genoíno**	SP	41	N	S
Luiz Gushiken	SP	37	N	S
Lula***	SP	42	N	S
Olívio Dutra****	RS	46	N	S
Paulo Delgado	MG	36	N	S
Paulo Paim	RS	37	N	N
Plínio de Arruda Sampaio*****	SP	57	S	N
Virgílio Guimarães	MG	38	N	S
Vitor Buaiz	ES	44	N	S
Vladimir Palmeira	RJ	43	N	S

\* Líder da bancada petista na Câmara dos Deputados.

\*\* Vice-líder da bancada petista constituinte.

\*\*\* Líder da bancada petista constituinte.

\*\*\*\* Eleito Presidente Nacional do PT em 1987.

\*\*\*\*\* Vice-líder da bancada petista constituinte, assumiu a liderança em 1988, no lugar de Lula.

O quadro acima representa a totalidade dos membros da ANC representando o PT. A bancada contou com 16 deputados constituintes (sem nenhum senador), vindos de 5 estados da federação. 14 destes provinham da região Sudeste e 2 da região Sul, sendo 8 somente do estado de São Paulo<sup>6</sup>. Logo em uma análise superficial, vemos que o caráter do PT inicial se faz claro nestes resultados das eleições gerais de 1986: um partido centrado nas grandes capitais<sup>7</sup>, com alta capilarização nos movimentos operários e aceitação em meios progressistas das classes médias (em flanco processo de potencialização até 1989). A falta de senadores, como aponta Pilatti (2016), não impactou diretamente nos resultados do partido no período, uma vez que:

“o caráter unicameral da ANC, o que, mesmo incluída a participação dos senadores eleitos em 1982, reduziu o peso decisório dos membros do Senado Federal, órgão no qual PCB, PC do B, e PT não tinham representantes e PDT e PSB tinham muito poucos, o que favoreceu tais partidos;” (PILATTI, 2016, p. 14)

Este caráter também condiz com o postulado no anteprojeto da bancada<sup>8</sup>, que defendia um Congresso unicameral formado por deputados federais. Mesmo perdendo a disputa por uma assembleia constituinte livre e soberana (em favor do congresso constituinte), o fato da ANC ter sido unicameral deu grande vantagem aos partidos menores e, especialmente, à esquerda, uma vez que deputados e senadores teriam ali as mesmas prerrogativas e locais de fala.

---

<sup>6</sup> CPDOC-FGV. Acervo/Verbetes. **FGV**, 2009. Disponível em: <<http://fgv.br/acervo/arquivo>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

DIAP. Quem foi quem na Constituinte – nas questões de interesse dos trabalhadores. **DIAP**, 1988. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/23-quem-foi-quem-na-constituente-nas-questoes-de-interesse-do-trabalhadores-1988>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

<sup>7</sup> Regiões que, segundo Maciel (2014), eram muito mais receptivas ao discurso progressista do que o Nordeste (com maior tensão), o Norte e o Centro-Oeste, onde as oligarquias e o clientelismo tinham um controle muito maior.

<sup>8</sup> Vide subcapítulo 2.2. Obviamente, sabemos que não era o objetivo do PT não obter nenhum senador, porém o anteprojeto do partido previa um Congresso ordinário unicameral formado por deputados em sistema proporcional.

\* Resultado de pesquisa de iniciação científica desenvolvida na PUC-SP, PIBIC - sem fomento. E-mail: [pedroh.gomesqueiroz@gmail.com](mailto:pedroh.gomesqueiroz@gmail.com).

Contudo, um ponto levantado por muitos no campo conservador era a experiência que os senadores poderiam levar à arena da ANC, essencial para “elevar o nível” dos debates e afastar os radicalismos (e, uma vez que os senados são historicamente uma instituição de preservação do *status quo*, poder contrabalancear quaisquer vitórias da esquerda). Ainda que este seja um argumento que interessava à estratégia dos conservadores, ele levanta um ponto essencial aqui: a experiência que estes deputados tinham e que poderia lhes auxiliar nos enfrentamentos apresentados pela ANC.

Vemos pela tabela que, dos 16 membros da bancada do PT, apenas 3 haviam possuído cargos legislativos antes de 1987, sendo um destes ainda do período pré-1964 (Plínio de Arruda Sampaio). Ter tantos neófitos na política institucional tradicional foi um dos grandes desafios do partido<sup>9</sup>, que necessitou ter uma convivência diária com membros de longa data do Congresso e aprendeu no dia-a-dia a feitura da política neste meio. Não nos assusta o fato de um destes 3 ter sido um dos grandes elos de conexão em termos de negociação e diálogo com os grupos mais moderados e conservadores da Assembleia.

Porém, esse caráter “amador”<sup>10</sup> que muitos podem ver na bancada do PT pode ser bastante equivocado, já que, mesmo não tendo muitas figuras de nome na política formal, já possuía nomes de peso e bagagem na “política do dia-a-dia”. Ambas as deputadas do PT, Benedita da Silva e Irma Passoni, vieram de movimentos populares bairristas, no bojo da retomada das ruas pela população civil organizada definida por Napolitano (2006)<sup>11</sup>. Eduardo Jorge, José Genoíno, Virgílio Guimarães e Vladimir Pereira tinham um extenso currículo de militância política desde a juventude, sendo figuras caçadas pela ditadura e que tinham grande inserção no meio de classe média do partido.

---

<sup>9</sup> COSTA, Lustosa da. Os novos: inexperientes, eles se frustram na tentativa de brilhar. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 6, 16 fev. 1987

<sup>10</sup> Sendo digno de nota aqui, também, o caráter geracional da bancada petista, que contou com uma média de 44 anos, mostrando que boa parte teve sua formação social e política sob o signo do fim do ciclo democrático de 1946-1964 e a ditadura civil-militar.

<sup>11</sup> A primeira, nos movimentos de “favelados” e em setoriais femininas do Rio de Janeiro, a segunda, no Movimento do Custo de Vida e na organização de Comunidades Eclesiais de Base na zona sul de São Paulo.

Ainda assim, o núcleo sindicalista desta bancada era o que possuía mais vulto, contando com 8 membros<sup>12</sup>. Surgidos diretamente das mobilizações do Novo Sindicalismo, eles eram todos lideranças singulares nos meios sindicais de seus estados, sendo muitos participantes diretos da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa presença tão forte é, naturalmente, reflexo das sólidas e largas bases trabalhistas do partido nos meios operários, e teve uma influência essencial na definição de rumos da bancada logo de início, como pudemos ver no anteprojeto. Essas lideranças foram o grande chamariz do partido nas eleições de 1986, sendo praticamente uma representação na ANC do grupo dominante no interior do PT, a Articulação dos 113 (coordenada por Lula). Outro exemplo da influência foi a liderança da bancada na Câmara dos Deputados indo para Gumercindo Milhomem, enquanto Olívio Dutra se tornou presidente nacional do partido em 1987, e Lula o líder da bancada na ANC<sup>13</sup>.

Estas lideranças, portanto, podiam não ter a experiência parlamentar, mas possuíam um grande histórico em negociações e tática política, advindo das mobilizações sindicais e da lida com empresas e patrões. Como trabalharemos a frente, muitos conservadores mesmo dentro da ANC admitiam a grande capacidade de formação de consensos que estes membros da bancada petista tinham<sup>14</sup>, ainda que fossem vistos pelos mesmo como radicais. Como lembra Kinzo (1993), há uma notável presença de empresários nos partidos brasileiros<sup>15</sup>. Justamente por isso a autora vê no PT um marcado ponto fora da curva.

---

<sup>12</sup> Gumercindo Milhomem, João Paulo, Luís Gushiken, Lula, Olívio Dutra, Paulo Delgado, Paulo Paim e Vítor Buaziz.

<sup>13</sup> Sendo também, Lula, o candidato mais votado do Brasil em 1986, com 651.753 votos, batendo o próprio futuro Presidente da ANC, Ulysses Guimarães (com 590.873 votos). Plínio de Arruda Salgado foi o segundo mais votado da bancada petista.

<sup>14</sup> DIAP. Quem foi quem na Constituinte – nas questões de interesse dos trabalhadores: Paulo Paim. **DIAP**, 1988. Disponível em: <[http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/QFQ\\_87-91/Qfq\\_87-91p480.pdf](http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/QFQ_87-91/Qfq_87-91p480.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2018.

<sup>15</sup> Só na Constituinte temos figuras famosas como Guilherme Afif Domingos (PL-SP), da Ação Comercial de São Paulo (ACSP) e Albano Franco (PDS-SE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para mais referências sobre a atuação empresarial organizada na Constituinte, vide: COSTA, Lucas Nascimento Ferraz; TROIANO, Mariele. Uma análise das atuações do DIAP e da FIESP sob a ótica da teoria institucional. **Revista Alabastro**, 2016. Disponível em: <[revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/download/133/71](http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/download/133/71)>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Podemos avaliar, assim, que se o PT foi radical, o foi na medida e no tempo certos, se aproveitando de um caldo histórico que possibilitou chances de crescimento a tal posicionamento. Enquanto as posições moderadas se diluíam pelo espectro político-partidário brasileiro, o PT pode canalizar uma posição de esquerda mais sólida e resolvida, que abraçava (como vimos bem nas resoluções do Encontro Nacional de 1985) o paradigma da luta extraparlamentar e via na “política das ruas” um dos meios fundamentais de amealhar vitórias na ANC vindoura. Desta maneira, ainda que não possamos definir este PT de finais dos anos 1980 como um partido fundamentalmente pragmático, é importante ter em mente que ele tinha uma estratégia consolidada, e não se deixa levar pelo sabor dos ventos. Para bem ou mal, esta estratégia foi muito bem-sucedida em 1986, ainda que lhe tenha conquistado apenas 16 deputados, uma vez que consideremos os meros 6 anos de existência formal do partido e a falta de experiência parlamentar de sua bancada.

Não podemos perder de vista, contudo, como frisa Lopes (2016), da forma como a disputa interna do partido pela hegemonia de sua direção impacta também nestes resultados de 1986. Eles denotam uma expressiva vitória da Articulação dos 113 de Lula e dos sindicalistas autênticos, que passa, com estes resultados, a se consolidar enquanto campo majoritário no partido, ainda que “desde suas origens o partido esteve hegemonicamente sob direção dos chamados grupos moderados.” (p. 52). Isto se conecta diretamente ao fato de que 12 dos 16 deputados foram membros-fundadores do partido (sendo 2 dos demais 4 confessos simpatizantes do mesmo desde o início), e 7 haviam participado em algum cargo da burocracia interna do mesmo em seus estados ou no nível nacional. Isso denota o essencial elevado grau de coesão interna dessa bancada, substancial para a ação estratégica do grupo. Ao final do processo Constituinte, o deputado Olívio Dutra (PT-RS) afirmou que “a atuação da bancada petista é de uma quase perfeita sintonia”<sup>16</sup>. Foi

---

<sup>16</sup> Citação completa: “A atuação da bancada petista é de uma quase perfeita sintonia. Posso estar exagerando, mas não vejo outra bancada partidária tão sintonizada. Defendemos a visão global da classe trabalhadora, mesmo que, em alguns casos, as posições possam não estar suficientemente discutidas, ou não reflitam com toda fidelidade o pensamento de cada um de nós. Nesse momento da Constituinte, vale mais o pensamento coletivo, solidário, que o individualizado.” (CSBH-FPA. O PT e a Constituinte, 1985-1988. **Fundação Persel Abramo**, 2011, p. 155. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4.perseu6.documentos.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018).



esta coesão que possibilitou a manutenção invejável da disciplina partidária nas votações da ANC, ainda mais ocupando a segunda maior bancada à esquerda na Constituinte (excetuados os progressistas do PMDB).

Com o início dos trabalhos da Constituinte, algumas condições revelaram potenciais ocultos de pendência da balança mais em favor da esquerda, como visto com Kinzo (1993), particularmente o grupo de constituintes de “centro”, sem grande fidelidade a nenhum dos lados da balança e dispostos à cooptação segundo os níveis corretos de persuasão, e a grande tendência “nacionalista” da ANC, em parte graças a um sentimento comum partilhado pelos deputados graças à conjuntura (o que foi decisivo no caso das bancadas do PMDB e do PTB, mas também em constituintes individuais de partidos mais conservadores como o PDS e o PFL). Da mesma forma o foi a estrutura adotada pelo RIANC (Regulamento Interno), prevendo um esquema descentralizado de elaboração inicial do texto constitucional em subcomissões e comissões, e a adoção das teses da esquerda de participação popular através de audiências públicas e projetos de iniciativa popular (ainda que tivessem sido vetados o plebiscito e o *referendum*).

Ao longo de todo o processo, foram os membros das alas à esquerda do PMDB os grandes aliados conjunturais da esquerda na ANC, formando frequentemente uma aliança em torno de temas comuns com PDT, PT, PSB, PCB e PCdoB. Seja na apresentação de propostas, seja em esforços obstrucionistas, a capacidade deste grupo atuar em conjunto (especialmente pensando que eles não formaram um grupo tão coeso quanto a literatura costuma tratar) foi essencial para neutralizar a superioridade numérica conservadora em momentos/temas chaves, sendo o grande emblema disso o capítulo da Ordem Social da Constituição de 1988.

E aí se encontram as três grandes características do *modus operandi* petista na ANC: sua capacidade de exercer pressão popular através da articulação com os movimentos sociais<sup>17</sup> em torno de suas propostas; a ocupação dos espaços de fala disponíveis, se aproveitando ao máximo das brechas do RIANC para provocar a participação popular; e a negociação incessante nos temas mais polêmicos, buscando sempre aproximação com os relatores (CARVALHO, 2017: 356). Isso

---

<sup>17</sup> Como o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e o Departamento Intersindical de Assistência Parlamentar (DIAP).

pode garantir que a atuação do PT fosse amplificada para muito além de suas capacidades numéricas pura e simplesmente.

É através da análise dessa atuação, especificamente, que pudemos dividir a bancada petista em quadro tendências de ação:

- 1ª Negociação: Eduardo Jorge, João Paulo, Paulo Paim, Plínio de Arruda Sampaio.
- 2ª “Linha de frente”: José Genoíno, Lula.
- 3ª Mobilização popular: Benedita da Silva, Irma Passoni, Olívio Dutra, Paulo Delgado.
- 4ª Mobilização interna: Florestan Fernandes, Gumercindo Milhomem, Luiz Gushiken, Virgílio Guimarães, Vitor Buaziz, Vladimir Palmeira.

O primeiro grupo se relaciona aqueles que mais se destacaram por conseguirem traçar boas relações com o centro e a direita na ANC, com bom trânsito interpartidário e capacidade de negociação em temas mais polêmicos e com pouco consenso. Vemos nele alguns dos mais moderados membros da bancada petista (como Plínio e João Paulo), porém todos com grande histórico de negociação, em movimentos sociais, sindicais e mesmo parlamentares.

No segundo, temos os dois constituintes que era “o rosto” do PT para o grande público, Lula e José Genoíno. Estes foram os defensores mais aguerridos das teses aprovadas pelo PT e frequentemente representavam o partido no plenário. São indivíduos que estiveram intimamente ligados ao processo de formação do partido, ocupando/gravitando a liderança do mesmo. Foram frequentemente reconhecidos pela capacidade de oratória<sup>18</sup> e confronto, ainda que Lula seja frequentemente reportado por seus pares constituintes moderados e conservadores

---

<sup>18</sup> “**Que avaliação o senhor faz da atuação do Lula, particularmente?**

**Eduardo Jorge** – O papel dele era ser a encarnação dessa autoridade popular. O pessoal sabia que *quando ele falava tinha muita gente por trás dele*. Na negociação propriamente dita, ele fez pouco. Não tinha paciência para isso. A negociação era infinita: ponto por ponto, perde uma vírgula, ganha uma vírgula, põe o inciso, tira o inciso. Ele nunca se interessou. Não tinha paciência para isso. Nunca teve.” (CARVALHO, 2017, p. 356)

como tendo pouca influência na produção da nova Carta de fato (o que não se pode dizer de Genoíno, em PILATTI, 2016). Sua atuação foi muito mais marcada a partir do 2º turno.

O terceiro é reservado aos membros mais fortemente militantes da bancada na defesa de pautas específicas, muitas vezes em questões identitárias, nas lutas sindicais, questões setoriais e na denúncia da miserabilidade. Foram essenciais no 1º turno para a condução das discussões nas subcomissões penderem à esquerda.

Já o quarto diz respeito aos demais constituintes que tiveram papel múltiplo no processo e transitaram entre os diferentes âmbitos da ANC. Fazendo defesas globais do projeto partidário, defendendo fortemente a linha de ação da bancada e estando diretamente ligados ao dia-a-dia da redação nas subcomissões e comissões, foram importantes no segundo turno também para a denúncia das manobras do Centro Democrático, sendo bastante fiéis à liderança.

Esses perfis se encontraram muito bem com uma das grandes marcas do primeiro turno: as emendas populares e a mobilização civil. Tendo boa parte de seus membros egressos dos movimentos populares, a bancada se valeu dos mesmos para um de seus grandes instrumentos de luta: a pressão. Seja se articulando com movimentos específicos de mobilização pela constituinte, trazendo reivindicações clássicas de grupos já organizados ou mesmo enfrentando o pesado *lobby* das entidades em prol do *establishment*, a dimensão do combate “corpo-a-corpo” no chão do plenário foi essencial para as vitórias amealhadas.

A questão da negociação mesmo foi essencial, como pode-se acompanhar ao longo do processo, e foi elevada por João Paulo (CSBH-FPA, 2011: 171), que definiu a necessidade do bom trânsito interpartidário como um definidor dessa ação tática. Foi esta capacidade de dialogar e traçar acordos, muitas vezes com campos ideológicos completamente díspares, que possibilitou as alianças táticas com o PMDB e amealhou uma relatoria para Plínio de Arruda Sampaio (justamente aquele visto com o mais à direita da bancada). Foi também a capacidade de negociação e “marcação de posição”, caráter que marcou o tom da atuação do PT na ANC, que possibilitaram a montagem de uma contraofensiva no segundo turno em 1988.

Ainda assim, o “baque” do Centrão revelou falhas crassas no *modus operandi* da esquerda, principalmente sua superdependência em relação ao PMDB como “fiel

da balança” nas votações, especialmente nas mais polêmicas. Sem o apoio da ala à esquerda pemedebista e dos setores ao centro, só restava a marcação de posição frente ao “rolo compressor”. Ainda assim, observa Pilatti (2016), esta força avassaladora da reação ao Anteprojeto da Comissão de Sistematização só se fez valer mesmo nas questões que mais polarizaram o processo constituinte, como a duração do mandato de Sarney e o sistema de governo, além da discussão sobre o caráter do direito à propriedade e a reforma agrária, onde se viu uma grande “acomodação à direita” pelo PMDB (MACIEL, 2008).

### **A “meio-recusa” ao pacto das elites e o horizonte de expectativa de lutas**

Ao final do processo, vemos que o PT buscou reiterar seu “espírito do Sion” ao rejeitar a redação final da Constituição de 1988, porém assinando o documento final (CSBH-FPA, 2011: 174-183). Essa mensagem “mista” mandada pelo Diretório Nacional do partido parece refletir as profundas divisões internas que o mesmo ainda tinha em 1987-88, fruto, naturalmente das diversas tendências que assimilava e de sua inserção na base da pirâmide social. Representou também uma instante de certo autoritarismo, uma vez que o DN pareceu rejeitar o princípio da democracia participativa em nome de uma decisão quase que monocrática, garantindo que aos núcleos seria permitido discutir o tema em caráter absolutamente “consultivo”, não deliberativo.

Podemos ver nessa ação uma deliberada forma de a Articulação dos 113, em processo de consolidação na liderança do partido, garantir seu lastro sobre as decisões do partido e a ação da militância, contribuindo consideravelmente no processo de “moderação de discurso”. Pode ser que, no rol dos “momentos históricos” do PT, sua recusa ao texto da Constituição de 1988 seja, junto com as eleições presidenciais de 1989, o “canto do cisne” do espírito do Sion, do PT que deliberadamente radicalizava sua ação política e se “ostracisava” na arena política institucional em prol de sua estratégia socialista. O horizonte de expectativa socialista, vago, ambíguo, amplo, vai perdendo espaço frente à perspectiva do “acúmulo de forças”, abrindo espaço cada vez mais para a inserção da perspectiva institucionalista da luta de classes e o abraço total das “regras do jogo democrático burguês” (CSBH-FPA, 2011: 179).

O que vimos nesta pesquisa foram exemplos concretos que denotam um ganho exponencial em campo de experiência (KOSELLECK, 2006) por uma bancada de meros 16 deputados, mas que nos permitiram afirmar aqui que o PT teve uma importância na Assembleia Nacional Constituinte comparável à dos grandes partidos (PMDB, PFL, PDS), quando não maior, feito esse quase inigualado na história parlamentar brasileira recente.

### **Referências bibliográficas**

BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Constituição da República Federativa Democrática do Brasil*. Brasília: PT, 1987.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *1988: segredos da constituinte*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA DA FUNDAÇÃO PERSEL ABRAMO (CSBH-FPA). O PT e a Constituinte, 1985-1988. **Fundação Persele Abramo**, 2011. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4.perseu6.documentos.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil!: uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Villas-Bôas (org.). *O país que nós queremos – Constituinte: roteiro do futuro*. Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial S/A, 1985.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. *Quem foi quem na Constituinte*. São Paulo: Cortez/Obore, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na Constituinte*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Centro de Estudos, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LOPES, Walson. *PT: crítica de sua trajetória política*. Curitiba: Appris, 2016.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiás, GO, 387 p., 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos, 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Projeto Memória e História; PT - Partido dos Trabalhadores/Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política, 1998.

PILATTI, A. *A constituinte de 1987-1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras/Editora Schwarcz S.A., 2016.